

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 240/XIII/1.ª

RECOMENDA AO GOVERNO GESTÃO PÚBLICA DO HOSPITAL DE FAFE

No dia 2 de abril comemoraram-se os 40 anos da Constituição da República Portuguesa, documento fundador de um Portugal democrático e de uma “sociedade livre, justa e solidária”. O Serviço Nacional de Saúde é uma das maiores construções desta nova sociedade.

A cobertura universal e acesso livre a cuidados de saúde constitui um pilar fundamental desta sociedade. Com o Serviço Nacional de Saúde, enquanto sistema público e sob gestão pública, foi possível aumentar a esperança média de vida, reduzir drasticamente a mortalidade infantil e garantir uma melhor saúde a todas as pessoas que vivem em Portugal.

O Serviço Nacional de Saúde formou profissionais, construiu novos equipamentos e investiu fortemente noutros; adquiriu tecnologia e conhecimento, mostrou qualidade ímpar, tornando-se um dos melhores a nível mundial. Há, de forma muito clara, um antes e um depois Serviço Nacional de Saúde.

No entanto, os últimos anos inverteram o investimento e a qualificação da prestação de serviços públicos de saúde, sendo essa inversão de tendência particularmente agravada nos anos mais recentes, muito por causa dos cortes ao financiamento do SNS, mas principalmente por causa de uma visão ideologicamente orientada e que pretendia retirar o Estado da prestação direta de cuidados de saúde. O objetivo era um: o de inverter o paradigma. Em vez de termos um sistema público de saúde, financiado de

forma solidária e progressiva, pretendeu-se passar esta função fundamental para privados, passando o Estado a financiador, mas não a prestador de serviços.

A intenção do anterior Governo de entregar vários hospitais públicos à gestão privada insere-se nessa visão ideologicamente orientada. Uma visão ideológica que não tem em conta o interesse público, apenas o dogma de uma sociedade onde o Estado deixa de prestar os serviços fundamentais à sua população.

O PSD e o CDS pretenderam, a certa altura, entregar inúmeros hospitais à Santa Casa da Misericórdia. Felizmente, a contestação destes processos por parte das populações atrasou as intenções do anterior Governo e, muito recentemente, a não demonstração de interesse público nessas entregas, levaram à reversão dos processos dos hospitais de S. João da Madeira e de Santo Tirso.

Houve, no entanto, três hospitais que não conseguiram ficar a salvo deste plano ideológico: são eles os hospitais de Fafe, Anadia e Serpa, entregues a gestão privada no final de 2014.

O Hospital de São José, em Fafe, no distrito de Braga, presta cuidados de saúde à população residente nos concelhos de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, num total de mais de 50 mil pessoas.

O governo PSD/CDS anunciou por diversas vezes a sua intenção de retirar este hospital da gestão pública entregando-a à Santa Casa da Misericórdia. E, de facto, no final de 2014, esse intento foi concretizado. O Bloco de Esquerda sempre discordou desta decisão, por considerar que esta transferência iria prejudicar os cuidados de saúde ali prestados e, conseqüentemente, a população servida por este hospital, o que se veio a concretizar, de facto. A título de exemplo, refira-se a situação ocorrida com mais de uma dezena de trabalhadores que a Santa Casa da Misericórdia se recusou a integrar.

Apesar de todas as evidências que justificavam a oposição a esta decisão ideológica de entrega de hospitais públicos a privados, o Governo PSD/CDS decidiu continuar obstinadamente por um caminho que era oposto ao do interesse público.

Ao longo da vigência do Governo PSD/CDS tentou construir-se sucessivas vezes um equívoco, anunciando que se pretendia “devolver” hospitais às Misericórdias. Na

verdade, esta formulação é um engodo que pretendia passar a ideia de que se estava a devolver às Misericórdias algo que lhes foi retirado quando assim não é.

De facto, existem hospitais do SNS que funcionam em edifícios que pertencem às Misericórdias sendo que o Estado paga renda pela utilização desses espaços e investiu durante décadas na sua requalificação. Portanto, as Misericórdias são senhorias, o Estado é inquilino e as Misericórdias recebem mensalmente o pagamento de uma renda pela utilização que o Estado faz desses edifícios ou terrenos. O Bloco de Esquerda questionou sucessivas vezes o Governo PSD/CDS sobre o valor das rendas pagas às Misericórdias, mas estes dados nunca foram disponibilizados apesar das sucessivas e reiteradas insistências. Questionamos o atual Governo (Pergunta n.º 86/XIII/1ª) e assim ficamos a saber que, por ano, o Estado paga mais de 4 milhões de euros em rendas de hospitais às Misericórdias.

A bem dos utentes e do seu direito ao acesso a cuidados de saúde, o Bloco de Esquerda considera que o Hospital de Fafe deve ser gerido pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), pelo que devem ser desenvolvidas as ações necessárias tendentes a assegurar essa reversão. Deve também ser elaborado um plano de investimento para ultrapassar falhas e limitações, algumas delas provocadas pelo próprio processo de transferência para a Misericórdia.

A entrega de hospitais públicos à gestão privada das Misericórdias não acautela o interesse público nem apresenta racional financeiro, como o próprio Governo reconheceu nos casos dos hospitais de Santo Tirso e de São João da Madeira.

A população de Fafe tem direito a ter um Hospital que permita dar a melhor resposta possível às suas necessidades e tal consegue-se com uma unidade hospitalar pública, gerida pelo setor público.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Desenvolva as ações necessárias tendentes a assegurar a gestão pública do Hospital de Fafe,
2. O Hospital de Fafe seja dotado dos meios financeiros para a efetivação da sua missão;

3. Sejam contratados os médicos, enfermeiros e auxiliares necessários para o bom funcionamento do Hospital de Fafe.

Assembleia da República, 8 de abril de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,